

ROMANIZAÇÃO DA ROMARIA DO DIVINO PAI ETERNO DE TRINDADE: CONTRIBUIÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Paulo Afonso Tavares¹
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Resumo: A romanização da Romaria do Divino Pai Eterno de Trindade, que nasce da devoção popular, a partir do fim do Padroado, com o Estado não mais interferindo nas coisas da Religião, nem vice versa, a Igreja busca apropriar de seus bens, em Trindade, antigo arraial do Barro Preto, o Santuário do Divino Pai Eterno está sobre os cuidados de uma Irmandade, portanto há atritos, entre esse grupo de leigos e o bispo, com isso o prelado buscará uma congregação religiosa na Europa, não somente para administrar a Romaria, mas também cristianizar a mesma, conforme as orientações tridentinas, a partir disto há todo um contexto epopeico, particularidade deste processo romanizador da devoção do Divino Pai Eterno.

Palavras-chave: Romanização; Catolicismo Popular; Divino Pai Eterno; Missionários Redentoristas.

Introdução

A devoção do Divino Pai Eterno em Trindade, surge a partir de um medalhão, havendo três versões para o mesmo. O primeiro seria que o casal de agricultores, Constantino Xavier e Ana Rosa enquanto arava a sua terra, encontrou o medalhão, já a segunda versão, conta que o mesmo casal tenha trago de Minas Gerais, o seu santo de devoção, que seria este medalhão, a terceira versão, é que, o agricultor tenha perguntado a um padre, qual era o santo mais forte, o sacerdote teria respondido, que era a Santíssima Trindade, a figura representada no medalhão e na imagem de madeira, Deus – Pai (Pai Eterno), Deus Filho (Jesus Cristo) e Deus Espírito Santo coroando a Virgem Maria. Não se sabe, qual destas três versões, seja a verdadeira, o que se sabe, é que a devoção começou com a reza do terço aos sábados na casa do casal de agricultores, nascendo então longe da tutela do catolicismo oficial, já que nesse momento, por volta de 1843, o Brasil vivia sobre os trâmites do Padroado, e faltavam padres no sertão goiano.

Com fim do Padroado, a Igreja sente necessidade tanto financeira como religiosa de reaver seus santuários e igrejas, já que muitas delas estavam sobre os cuidados de irmandades. Os padres eram apenas empregados destes grupos, para celebrar as missas e nada mais. Com

¹ Paulo Afonso Tavares é mestrando em Ciências da Religião (Bolsista Fapeg), graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Especializando em Inovação em Mídias Interativas (MediaLab) UFG; Licenciando em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG) E-mail: jor.pauloafonso@gmail.com

isso, em Goiás, o sexto bispo desta diocese, Dom Eduardo terá certa dificuldade para aplicar as regras do processo de romanização, para tanto contará com ajuda dos Missionários Redentoristas, uma congregação que ele trouxe da Europa.

1. Padroado e Catolicismo Popular

O início da devoção do Divino Pai Eterno, em meados do século XIX, coincide com o período da vigência do Padroado no Brasil. Por esse motivo, conforme Santos (1978), a presença do clero no Santuário de Trindade nesse primeiro momento é bastante reduzida, “limitando-se à visitas e à assistência estritamente religiosa, através da administração dos sacramentos e de atos litúrgicos em geral, visto que a administração material competia ao elemento leigo” (SANTOS, 1978, p. 58).

O regime do Padroado brasileiro tem as suas origens no Padroado português, que remete ao século IV, quando a Igreja Católica não tinha permissão de realizar suas práticas religiosas no Império Romano. Conforme Hoornaert (2008):

As origens históricas do padroado devem ser buscadas ainda no século IV. Nos três primeiros séculos da era cristã a Igreja Católica viveu marginalizada da vida pública e social, quer dentro do próprio judaísmo, quer na civilização helênica. O mundo romano não aceitou os cristãos com suas práticas e instituições (HOORNAERT, 2008, p. 160).

Por meio de um tratado entre a Igreja Católica e os reinos de Portugal e Espanha é criado o Padroado². Só compreenderemos o direito do Padroado dos monarcas portugueses dentro de todo o contexto da história medieval.

Na realidade, não se trata de uma usurpação dos monarcas portugueses de atribuições religiosas da Igreja, mas de uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal. Unindo os direitos políticos da realeza os títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal (HOORNAERT, 2008, p. 163).

A Igreja concedeu aos monarcas ibéricos a administração e organização do catolicismo em todos os seus domínios, principalmente no ultramarino. Os reis construíam

² Através da bula *Inter Caetera*, o Papa Calisto III em 1455 outorgou ao Rei de Portugal o direito do Padroado e em 1493, o Papa Alexandre VI concedeu ao Rei da Espanha, pela bula *Eximiae Devotionis* o direito de Padroado, da mesma maneira que o seu antecessor havia concedido aos monarcas portugueses (SUESS, 1992, p. 220).

igrejas, nomeavam os padres e os bispos, fazendo dos monarcas delegados papais nos territórios ultramarinos, ou seja, chefes das Igrejas em formação, cabendo ao Papa confirmar e concordar com as decisões reais na Igreja.

Em 1534, por meio da bula *Dum Fidei Constantian*, o rei de Portugal, Dom Manuel é nomeado pelo o Papa Leão X, Grão Mestre da Ordem de Cristo, com direitos e benefícios de Padroado nas novas terras descobertas, que até então tinham sido atribuições do Grão Prior da Ordem Portuguesa³. Como Dom Manuel mantinha os cargos de Rei de Portugal e de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, coube a ele apresentar ao Papa as escolhas para o episcopado português, e para os bispos, os candidatos para os cabidos⁴, paróquias e capelanias. Desse modo, o rei, chefe de Estado, torna-se com o direito do Padroado, superior religioso, a partir da chancela papal, com o “direito sagrado” de governar.

Com as normas impostas pelo Padroado no Brasil, invalidava-se toda a autoridade da Igreja e toda comunicação com Roma estava inteiramente sujeita ao controle do Monarca. “Outro privilégio informal era o “Placet⁵” ou direto da Coroa de censurar todas as bulas, cartas e outros documentos eclesiásticos antes de sua publicação na colônia”. (HOORNAERT, 2008, p. 160). Essa situação na qual se encontrava o catolicismo brasileiro fazia parte do processo de colonização desenvolvido pela metrópole portuguesa.

Essas facetas impostas pelo Padroado na Igreja Católica e na sociedade brasileira, de acordo com Santos (1976) marcaram profundamente o catolicismo brasileiro, não só na forma de ser ou não ser do clero, mas, sobretudo no surgimento da religiosidade popular, “sendo que até hoje permanecem certos traços fundamentais, a despeito de esforços constantes da Igreja em impor seus padrões característicos, recalcados nos cânones inflexíveis do Tridentino do sec. XVI” (SANTOS, 1976, p. 89). Para Parker (1996, p. 55-56), religiosidades populares são manifestações coletivas:

que exprimem a seu modo, em forma particular e espontânea, as necessidades, as angústias, as esperanças e os anseios que não encontram respostas adequadas na religião oficial ou nas expressões religiosas das elites e das classes dominantes. (PARKER, 1996, p. 55-56).

³ Inicialmente, o Padroado era benefício dos Grãos-Mestres da Ordem de Cristo, fundada em Portugal em 1319, com os recursos da antiga Ordem dos Templários, uma das mais ricas Ordens militares medievais. A ordem de Cristo foi fundada pelo Rei Dom Diniz para evitar que as propriedades da antiga Ordem dos Templários fossem transferidas para Roma. A nova ordem tinha um caráter laico e finalidades militares e religiosas. A princípio, o cargo de Grão Mestre era obtido por eleição, a partir de 1483 os papas entregam esse posto à coroa Portuguesa.

⁴ Assessores, secretários, consultores e tesoureiros dos bispos que poderiam substituí-los no governo da Diocese, em caso de ausência.

⁵ Ou beneplácito governamental.

Parker (1996) complementa esse conceito de religiosidade popular ao colocá-lo no contexto propriamente católico e destaca que:

Sendo o catolicismo uma religião universal de salvação e caracterizando-se por seu alto grau de instrumentalização do tipo Igreja, no campo católico tenderão a desenvolver-se, com maior clareza que em outros horizontes religiosos, diversas formas de religiões populares, catolicismos populares, numa interação mais ou menos complexa e dinâmica com a religião oficial, representada pelo catolicismo eclesial, por sua instituição específica e por seus agentes reprodutores. (PARKER, 1996 p. 179)

Portanto, temos duas vertentes religiosas, o catolicismo oficial e o popular. De acordo com Santos (1976) cada um possui suas características e peculiaridades específicas:

Desta forma ao longo da História, formou-se no Brasil dois catolicismos diferentes: um oficial, clerical e ortodoxo; o outro extra oficial popular e supersticioso. Ambos possuíam uma estrutura própria, sua razão de ser e sua lógica, mas completamente divorciados. (SANTOS, 1976, p. 201-202).

Uma das características do catolicismo popular brasileiro é que ele não é uniforme, ou seja, têm várias expressões, diferentes do catolicismo romano. Uma das expressões desse catolicismo é vivida pelos católicos “sem igreja”. Para Hoornaert (1994, p. 434), o catolicismo popular é de “muito santo pouco sacramento, muita reza pouca missa, muita devoção pouco pecado, muita capela pouca igreja”.

O catolicismo popular é um desvio, para o catolicismo oficial, que é o romano, segundo Santos (1976), já que não segue o que é tido como essencial na Igreja, como a doutrina, ritual, e as normas a serem seguidas. O catolicismo oficial classifica de “acidentais” os elementos do catolicismo popular. Santos (1976, p. 202) subdivide estes diferentes elementos ou “constelações” em “constelação sacramental mediada pelo corpo sacerdotal” e “constelação evangélica pela mediação bíblica (leitura e reflexão)”.

Já para o catolicismo popular, Santos (1976, p. 202) determina as seguintes Constelações, “constelação devocional, sem mediação, através de atos de piedade, devoções a santos, romarias etc” e “constelação protetora através de promessas, invocações, novenas em situações de dificuldades etc, sem mediação”. Para o catolicismo popular, as suas constelações, “devocional” e “protetora” sobressaem as constelações do catolicismo oficial, “sacramental” e “evangélica”.

Parker (1996) e Santos (1984) compartilham da mesma conceituação sobre os dois tipos de catolicismos existentes. Que o oficial conduz a uma religião de salvação fundamentada no “outro mundo”, já o popular baseia-se no real, imediato e fundamentando-se

nos poderes “do outro mundo” para que possa ser expresso em vida, aqui mesmo, totalmente o oposto do catolicismo oficial.

De acordo com Parker (1996, p. 55), “toda religião popular se articula numa dialética com a religião e com a cultura oficial”. Essa conceituação fica completa a partir da definição de religião popular de Lanternari (1982 *apud* Parker 1996):

(...) finalmente nascerão e se desenvolverão correntes religiosas ou mágico-religiosas contrárias à ideologia dominante, mas que manterão sempre uma relação dialética com a mesma. É assim que lá onde domina uma religião de elite sacerdotal ou aristocrática, ou senão uma religião de Estado e inclusive um sistema de igrejas 23 institucionais ligadas - implícita ou abertamente - a interesses econômicos e/ou políticos, nascem e se desenvolvem por um processo espontâneo e, a título de resposta, formas de religiosidade que podem ser denominadas populares. (LANTERNARI, 1982, *apud* PARKER, 1996, p. 55).

Santos (1976) levanta os principais pontos do catolicismo popular, que se desenvolve em Trindade, no início da devoção do Divino Pai Eterno, e em toda a nação brasileira.

a- É uma religião humanista voltada para o homem, em oposição à autoridade, voltada para Deus. b - É uma religião Messiânica, que visa bens materiais, em oposição à religião Salvífica que visa bens eternos. c - É um Catolicismo rural com formas elementares de culto e contaminado por elementos estranhos ao cristianismo, em oposição ao catolicismo puro ou eclesial. d- É um Catolicismo popular, de constelação devocional e protetora, em oposição ao catolicismo oficial de constelação sacramental e evangélica essenciais. e- É um catolicismo de religiosidade vertical, em oposição ao catolicismo de religiosidade horizontal que é Eclesiástico e Oficial. f- É um catolicismo em que predomina o providencialismo nas classes incultas, e o ritualismo, nas classes mais cultas, em oposição ao catolicismo dinâmico da Igreja pós- conciliar. g- Finalmente é um Catolicismo em que a Prática e a mentalidade religiosa não se afinam com as correspondentes do Catolicismo Eclesiástico.(SANTOS, 1976, p. 202-203)”

O catolicismo popular só pode se desenvolver no contexto sócio-histórico religioso brasileiro, com fiéis que consigam adaptar a religião ao seu próprio universo, a partir dos seus próprios santos consigam se sentir portadores de liberdade em suas vidas e afazeres cotidianos. Nesse contexto Parker (1996) afirma:

A fé dos indivíduos que vivem em situação de miséria e exploração é produto, não de um simples costume introjetado nos processos de interiorização precoce, exteriorizado como atitude habitual arraigada, mas de uma vivência da providência divina, por mais que as explicações verbais a respeito da crença em Deus sejam de 24 ordem argumentativa (...) A crença em Deus - e o peso da imagem cristã de Deus neste aspecto é decisivo(...). (PARKER, 1996, p. 139-140).

Em Goiás, o catolicismo popular inicia-se a partir da chegada dos primeiros bandeirantes em busca de ouro, até mesmo em busca de mão de obra escrava, indígena, a

partir do século XVI. Esses desbravadores do sertão goiano já possuíam um sentimento religioso, conforme Jacób (2010):

(...) Goiás tornou-se um Eldorado, onde notícias davam conta de montanhas de ouro em quantidade tal que o precioso metal aflorava com a menor chuva. Paralelamente contava-se nas capitanias vizinhas que, em Goiás, era possível ver imensas rochas em que se viam as cenas da Paixão de Cristo, gravadas ao natural, ou melhor, dizendo, gravadas de maneira sobrenatural. A ambição e o fanatismo religioso fizeram o sertão fervilhar. Mescla-se a brutalidade dos homens que enfrentavam o sertão e seus sentimentos religiosos. (JACÓB, 2010, p. 23).

2. Catolicismo Romanizado em Goiás

Romanização é o conceito, conforme Beozzo (1977, p. 745) em voga para denominar “o processo a que foi submetida a Igreja do Brasil entre 1880 e 1920”, elaborado pelo sacerdote e historiador Johann Joseph Ignatz Von Döllinger, na obra “O Papa e o Concílio” de 1900, traduzida para o português e prefaciada por Rui Barbosa. Von Döllinger combatia a expansão do poder centralizador da Cúria Romana e o dogma da infalibilidade papal⁶.

A romanização ou reforma ultramontana consolidada no final do Padroado no Brasil, 07 de janeiro de 1890⁷, com o apoio das medidas centralizadoras do Concílio Vaticano I, reforçando as diretrizes do Concílio de Trento⁸, como já falamos, nunca foi posto em prática no Brasil, em vista do Padroado, mas esse processo teve início no começo do século XVI, com a aplicação das determinações deste Concílio, ou seja, do Movimento Tridentino, no território brasileiro, como a clericalização e sacramentalização das práticas religiosas do catolicismo brasileiro em oposição ao catolicismo popular de caráter laico, festeiro, regalista e devocional.

De acordo com Oliveira (1979, p. 79), “a romanização aparece, pois, como um processo de repressão clerical do catolicismo do povo. Porém, este último nem por isso desapareceu (...), sobreviveu à margem do controle clerical”. Nesse mesmo sentido, Guttilla (2006) salienta:

No plano externo à igreja, [...] Outra estratégia adotada com sucesso pelas autoridades eclesiásticas, como forma de permutar progressivamente o catolicismo

⁶ Dogma decretado pela Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, sobre o primado e a infalibilidade do Papa quando se pronuncia *ex cathedra*, em assuntos de fé e de moral, do Concílio Vaticano I, realizado entre 8 de dezembro de 1869 a 18 de julho de 1870, no pontificado do Papa Pio IX. (AQUINO, 2000, p. 110).

⁷ “Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas”. Decreto nº 119-A.

⁸ O Concílio de Trento foi realizado pela Igreja Católica entre 1542-1562, e só trezentos anos depois suas resoluções foram aplicadas no Brasil.

‘tradicional’ pelo catolicismo ‘renovado’, ou ‘romanizado’, consistia em substituir as devoções aos santos tradicionais, por outras devoções trazidas da Europa e popularizadas pelas novas congregações de clérigos regulares, especialmente ‘as devoções marianas e a devoção ao Sagrado Coração de Jesus’. [...] Convém assinalar, finalmente que a reforma implantada pelos bispos brasileiros, em meados do século XIX, com o apoio de congregações européias de clérigos regulares, tinha por principal objetivo dar uma nova orientação praticada pelo povo, com ênfase na vida sacramental. (GUTTILLA, 2006, p. 60-62).

O processo de romanização para Andrade (2002) provém da crise em que se encontrava a Igreja no Brasil, já que não existia mais a Companhia de Jesus, Jesuítas⁹, sacerdotes que tinham a função moralizante do clero brasileiro, abolição da Inquisição, a influência das irmandades leigas na vivência da fé dos brasileiros, e o despreparo e poucos padres para assumirem as vastas paróquias espalhadas no território brasileiro.

O processo de romanização vivido pela Igreja desde então, resultará no desenvolvimento de uma autocrítica da Igreja e de seu afastamento do povo, ao dar início à execução de projetos de reforma, que visavam acima de tudo obter autonomia frente ao estado (ANDRADE, 2002, p.127).

Em 1891, o Papa Leão XIII nomeou Dom Eduardo Duarte Silva, como 6º bispo de Goiás, nomeação que já aconteceu no período da República Brasileira. Como bispo da diocese de Goiás, Dom Eduardo “empreendeu a tarefa de consolidar o espírito tridentino e reorganizar a diocese” (WERNET, 1999, p. 25). Para tanto, fundou o seminário para formação de novos sacerdotes alinhados com o espírito reformador, equilibrou as contas da diocese, fez várias visitas pastorais na vasta diocese de Goiás, promoveu e trouxe para a sua diocese várias congregações e ordens religiosas com o intuito de “cristianizar e romanizar” a sua área episcopal. Uma dessas congregações que ele trouxe, uma foi a dos Missionários Redentoristas. .

3. Romanização da Devoção do Divino Pai Eterno

Quando Dom Eduardo iniciou o seu ministério episcopal na diocese de Goiás, conforme Jacób (2010, p. 121) “ouvia os goianos dizerem e invocarem o “*Divino Padre Eterno*”¹⁰”. Procurou informar-se de tal expressão e só assim inteirou-se da existência do famoso santuário de Barro Preto”. Segundo Dom Eduardo:

⁹ Os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias em 1759, no reinado de Dom José I, sobre a orientação do seu primeiro-ministro futuro Marquês de Pombal.

¹⁰ Grifo do autor.

De Bela Vista nos encaminhamos para Campininhas, para dali, saindo da estrada geral ou salineira, como chamam, visitar um santuário chamado “do Divino Padre Eterno” no qual durante a viagem iam os goianos falando-me, por verificarem ali milagres extraordinários e onde o povo venera um grupo de imagens, representando a coroação de Nossa Senhora no céu, mas que todos apelidam imagem do Divino Padre Eterno. Àquele santuário acodem anualmente romeiros de todo o Estado de Goyaz e fora dele para levarem suas ofertas, cumprirem suas promessas e assistirem à festa que se celebra no primeiro domingo de julho. (SILVA, 2007, p. 86).

Por ter uma visão romanizada, Dom Eduardo já concebeu o Santuário do Divino Pai Eterno como um local aonde:

há sempre jogos, bersundelas [sic], brequefestes e reúnem-se as bilhardonas e as calonas de todas as freguesias, bem como sujeitos avilanados e rapazes mariolas, que aproveitam essas reunião de gente ruim e de marafonas para saciarem a sua luxúria e executarem suas vinganças; de sorte que não há ano algum em que não haja assassinatos e ferimentos graves. (SILVA, 2007, p. 86).

Por estar em desacordo com o catolicismo institucional, o Santuário do Divino Pai Eterno era local de tudo, menos de oração. A situação se agravaria ainda mais, pois nessa época, a administração do santuário competia a uma Irmandade de Leigos, composta por um presidente, tesoureiro e secretário. Tudo o que os bispos ultramontanos não queriam em suas dioceses, pois eles queriam a substituição das irmandades comandadas por leigos por associações leigas com a tutelar do clero. Segundo Dom Eduardo a irmandade do Santuário do Divino Pai Eterno, “Irmãos de mesa, irmãos do cobre é que eles eram. De pobres tornaram-se ricos fazendeiros, donos de imensas terras e de abundante gado”. (SILVA, 2007, p. 86).

Para romanização e cristianização da Romaria do Divino Pai Eterno, Dom Eduardo traz da Alemanha, os Missionários Redentoristas, estes vão cuidar tanto deste santuário como do de Aparecida em São Paulo. Chegando a Campininhas Goiás, no dia 12 de dezembro de 1894. No ano seguinte os Missionários Redentoristas assumem o Santuário do Pai Eterno, como também administração do cofre.

De acordo com Santos (1976) baseado na anotação de um Redentorista desta época, a população de Barro Preto e os Romeiros do Pai Eterno, “ficaram muito contentes com a chegada dos padres”. (SANTOS, 1976, p. 93). Só que no contrato feito por Dom Eduardo com os Missionários Redentoristas a renda da Festa do Pai Eterno era destinada para a manutenção dos mesmos. Com isso, “estava declarada a guerra. E ela aconteceria” (JACÓB, 2010, p. 187).

Sem a renda da romaria de 1895, durante todo o ano que se seguiu, os destituídos membros da Irmandade procuraram de toda a forma agitar a opinião pública contra os “frades alemães” que haviam dominado o santuário do Divino Padre Eterno. Quanto eles chegaram para pregar a festa de 1896, tendo como pregador principal, Pe. Lourenço Hubbauer, que tinha sido ordenado por Dom Eduardo, encontraram muitos revoltosos que, na surdina incitavam o povo contra eles. Farristas e agitadores dominavam o cenário; 04 rapazes de Campinas dispararam suas armas contra a casa dos padres (JACÓB, 2010, p. 188).

Enquanto isso, na Capital do Estado, cidade de Goiás, sede do bispado, Dom Eduardo estava tendo problemas políticos, por esse motivo, ele mudou a sede episcopal para Uberaba, no triângulo mineiro, que então era denominado "Sertão do Novo Sul" ou "Sertão da Farinha Podre", que, naquela época, fazia parte da diocese de Goiás. “A numerosa comitiva... passou pela casa dos padres redentoristas em Campinas, e ali permaneceu por 07 dias” (JACÓB, 2010, p. 188). Diante de tudo isso, o bispo de Goiás prometeu acabar com a Romaria do Divino Pai Eterno, tirando a imagem do Santuário de Trindade e transferindo-a para Campininhas.

Mesmo com as severas reprimidas de Dom Eduardo e o trabalho apaziguador e catequético dos Missionários Redentoristas, a Festa de 1898, “registrou um homicídio, coisa que não acontecia desde o início do comando dos padres em 1895. O falecido, conhecido por “*Jeremias d’ Oberaba*”, foi sepultado... como indigente; morreu a tiros na noite do dia 30 de junho” (JACÓB, 2010, p. 194-5), cuja fatalidade aconteceu “por questões de ciúmes por causa de uma meretriz” (WERNET, 1999, p. 77).

Este foi o estopim para que Dom Eduardo fizesse o que ele já havia prometido que faria, a publicação de uma Portaria, no dia 15 de novembro de 1889, transferindo a festa do Divino Pai Eterno do primeiro domingo de julho para o dia 15 de agosto, dia da Assunção e Coroação de Nossa Senhora, já que para ele, a centralidade do medalhão do Divino Pai Eterno representava esses mistérios marianos da fé católica. Reduzia, também, a duração da festa e os atos religiosos, “determinação que os redentoristas deveriam cumprir já a partir da festa de 1900” (WERNET, 1999, p. 77).

A respeito da transferência da festa do primeiro domingo de julho para 15 de agosto, Santos (1984b) salienta que, “esperava com isso diminuir o profano na Festa, visto que no mesmo dia se realizava a do Muquém, e os “exploradores” eram os mesmos nas duas festividades” (SANTOS, 1984b, p. 211).

Conforme Jacob (2010, p. 195) essa atitude de Dom Eduardo, foi para “os mandantes do lugar o cúmulo da provocação do bispo”, pois para o primeiro domingo de julho, Dom

Eduardo determinou que apenas celebrasse uma missa para cumprir o preceito dominical. O bispo, numa carta circular de 5 de maio ao clero goiano, pedia que comunicasse aos fiéis as suas determinações da transferência da data da Romaria do Divino Pai Eterno.

Os Missionários Redentoristas “deram publicidade, na medida do possível, a estas normas; embora profundamente contrariados, pois sabiam que o povo não deixaria por menos a afronta episcopal” (JACÓB, 2010, p. 195). Wernet (1999, p. 79) relata, que essa portaria “foi entregue ao vigário padre Wendl, no dia 8 de dezembro de 1899, às 8:00 da manhã, e, sem tê-lo lido com a devida atenção, publicou-o no mesmo dia”.

Para Santos (1984b, p. 211) essa “iniciativa do Bispo D. Eduardo reacendeu a luta”, fazendo com que os religiosos entrassem numa correspondência constante com o bispo e os seus superiores, para melhor proceder, já que eles ficaram “numa situação incômoda” (WERNET, 1999, p. 79).

Para garantir apoio moral aos Redentoristas, Dom Eduardo comprometeu-se estar presente em Barro Preto, no primeiro domingo de julho de 1900, já que o mesmo estaria em Goiás em visita pastoral. “A pedido do Sr. Bispo, que dizia não ter os animais necessários para viajar, padre José Wendl foi a seu encontro com a tropa para trazê-lo para a festa a fim de acertar com ele as medidas necessárias para um procedimento correto” (WERNAT, 1999, p. 79).

Depois de muitos “desencontros”, já que Dom Eduardo já tinha saído de Uberaba, encontrando com o padre Wendl em Bela Vista em Goiás, no dia 30 junho. O bispo, então, decidiu não comparecer ao Santuário do Divino Pai Eterno, pois um “boato espalhado entre o povo que ele estaria lá para prestigiar a festa no primeiro domingo”, para piorar ainda mais a situação, “cai em suas mãos o jornal da Capital, o *Goyaz*, que anunciava a festa para o dia costumeiro, isto é, para o primeiro domingo de julho” (WERNET, 1999, p. 79-80). Este encolerizou Dom Eduardo, mandando que o padre Wendl fizesse chegar suas determinações para por fim no descumprimento de suas ordens em Barro Preto, “que a igreja permanecesse fechada no primeiro domingo... e que o padre celebrasse somente uma missa na varanda da casa paroquial” (WERNET, 1999, p. 80).

Padre Wendl não querendo antagonizar com Dom Eduardo, despachou a mensagem com as determinações do bispo, para o padre que se encontrava no Santuário do Pai Eterno, mas esperava “como era de costume em Goiás, que o recado chegasse atrasado e que naquele dia a igreja estivesse aberta e fossem celebradas uma ou duas missas, mas isto, infelizmente, não aconteceu, pois o bilhete chegou em tempo” (WERNAT, 1999, p. 80). Para Jacób (2010, p. 195) “muitíssimo a contragosto, dois padres e um irmão, dirigiram-se ao Santuário para

cumprir a esdrúxula ordem” do bispo. O povo que chegou de todo o Estado de Goiás encontrou o Santuário trancado.

No dia da festa, 1 de julho de 1900, um homem embriagado, “que as crônicas registraram como ‘*o cachaceiro Joaquim de Moraes*’”, arrombou as portas do Santuário, juntamente com outras pessoas, gritando exigia a retirada dos padres que ali estavam, “*A igreja é do povo! Os padres são simples empregados! Não queremos mais padres... eu sou o chefe do povo, ajudai-me! Fora com os padres*”. Um “*baiano entusiasmado com o histerismo de Joaquim Moraes acrescenta: ‘tenho o costume de matar padres... Já matei cinco; quero matar estes padres, estes ladrões*” (JACÓB, 2010, p. 195-6). Para Wernet (1999) esse ato de vandalismo também contou com a ajuda do Cel. Anacleto Gonçalves de Almeida que também violaram o sacrário e o cofre da igreja.

Para Jacób (2010), a população de Barro Preto ficou dividida, “perplexa com a situação; de um lado, o respeito pelos padres, e de outro, o susto e a tristeza de verem o Santuário fechado porque o bispo não queria a realização da festa na sua data tradicional” (JACÓB, 2010, p. 196), levando em conta, que os “mandantes do lugar” faziam a cabeça da população, afirmando que tudo isso era para acabar com a festa, e levar dali a imagem de madeira do Divino Pai Eterno, considerada por eles e pelos os romeiros como milagrosa.

Para Santos (1984b, p. 212), “após entregar as chaves do Santuário, os dois redentoristas, Pe. Antônio Fischhaber e o Irmão Ulrico, retornaram a Campinas para relatar o acontecido e aguardar novas ordens”. Porém Dom Eduardo em sua autobiografia relata que o povo de Barro Preto, “expulsara de lá os padres redentoristas, espancado um dos irmãos leigos do convento” (SILVA, 2007, p. 159), para Santos (1984b) esse detalhe narrado por Dom Eduardo não é mencionado nas Crônicas Redentoristas.

Dom Eduardo que já estava “em caminho de Bela Vista a Campininhas” quando encontrou com o Missionário Redentorista, padre João da Mata Spaeth, “que espavorido, chegou gritando: Revolução, Senhor Bispo, Revolução!!!” (JACÓB, 2010, p. 198).

Em caminho de Bela Vista para Campininhas veio ao meu encontro o padre Speth, superior do convento, o qual chegando à sala, exclama todo apavorado: - “Revolução, senhor bispo, revolução!!!”. Contou-me então que um tal coronel Anacleto, homem grosseiro, inculto, sem religião, e que anos atrás havia sido palhaço de um circo de acrobatas, se arvorara em bispo, mandara fazer a novena e a festa de Barro Preto no dia em que se fazia sempre, desobedecendo ao que eu havia determinado quanto à transferência para o dia 15 de agosto. Expulsara de lá os padres redentoristas, espancando um dos irmãos leigos do convento, e que, como de costume, gente de todas as paróquias, mascates, jogadores e mulheres decaídas lá estavam em grande número e todos eram partidários do coronel palhaço. Acalmei o padre e prometi as providências que o caso exigia. (SILVA, 2007, p. 159).

Dom Eduardo que chegou em Campininhas no dia 03 de julho, dois dias depois da Festa do Pai Eterno, “dirigiu-se a Trindade no dia 5, acompanhado de numeroso séquito: o Juiz de Direito de Bela Vista (Dr. Martins), um sacerdote diocesano (Pe. Cunha), vários redentoristas e 20 cavaleiros de Campinas... foram armados de garruchas” (SANTOS, 1984b, p. 212).

Dom Eduardo e sua comitiva ao entrar na igreja, a mesma ficou repleta de moradores de Barro Preto, juntamente com o seu representante político, Coronel Anacleto, “bispo palhaço de circo”, que eu não conhecia, para tomar-me satisfação, julgar o meu decreto mudando a dia da festa, e declarar-me que o negro sacristão por ele nomeado não havia de ser destituído” (SILVA, 2007, p. 162).

“Quem é o senhor que me fala com tanta autoridade? Perguntei. “Sou Coronel Anacleto, católico apostólico, mas não romano”. “E o senhor?”, perguntei ao outro indivíduo que o acompanhava. “Sou o coronel Gonçalves, também católico, apostólico, mas não romano”. “Pois então o que pretendem se não são católicos romanos, quando eu o sou, os padres o são, o povo o é, e este santuário é de católicos romanos?”. “Qual nada”, contestou o Anacleto, “estamos em República e quem governa é o povo, e o povo há de fazer como e quando quiser; eu é que hei administrar as rendas da romaria, e não estes frades estrangeiros”. Fiz quanto pude para convencer o homem de que estava completamente laborando em erro, mas foi de balde (SILVA, 2007, p. 162).

Por sugestão do frei dominicano Joaquim Mestellan, que o acompanhava conforme relata Dom Eduardo, “isso é demais, senhor bispo, lance o interdito na igreja e levemos a imagem e os vasos sagrados para Campininhas a fim de não serem profanados por esta gente sem noção da verdadeira religião. Assim o fiz...” (SILVA, 2007, p. 162).

Lançou-se, então o Interdito na Igreja e no lugar. Com a voz embargada pela emoção e o coração a bater descompassado, o bispo, acompanhado pelos padres, rezou a terrível oração do Interdito, pedindo para afastarem daquele recinto, o Senhor Deus e seus Anjos. Destronizada a imagem sagrada, escancararam o sacrário, desnudaram o altar e bateram o pé das sandálias. Todos, a mando do bispo, cobriram-se com seus chapéus e calçaram as esporas. O lugar deixava de ser sagrado. O interdito era uma excomunhão, uma oração de maldição que declarava a ausência de Deus naquele lugar. A cena do bispo e seus apaniguados, cobrindo-se e calçando esporas, dentro da igreja, levou os moradores do lugar ao ápice da consternação. Enquanto rezaram os salmos penitenciais e a oração de excomunhão, em latim, pouco entendimento o povo teve, mas quando cobriram-se e calçaram as esporas, a mando do bispo, aquela gente petrificou-se. Jamais imaginariam ver cena semelhante... Mulheres e crianças choravam convulsivamente, os homens ardiam em sede de vingança, esperando tão somente a saída deles do templo, para receberem a paga pela profanação que faziam. Consternação e escândalo. (JACÓB, 2010, p. 204-3).

Levando a imagem do Divino Pai Eterno e os vasos sagrados, depois do interdito da igreja, Dom Eduardo e sua comitiva, chegando à porta da igreja, “do lado de fora, havia grande aglomeração de homens armados de garruchas e um bando de mulheres de vida alegre armadas de faca” (SILVA, 2007, p. 162), o bispo, segundo Jacób (2007) teve duas atitudes inteligentes, a primeira, “após amaldiçoar o lugar e o povo, disse que mandara retirar a imagem do altar para abençoar aquele mesmo povo”.

Diante daquele espetáculo, eu disse àquela gente: “Filhos, não vim aqui para amaldiçoar-vos, e sim para perdoar-vos, e abençoar-vos. Ajoelhem-se todos que lhes vou dar a bênção”. Ajoelharam-se todos, menos o Anacleto, que, exasperado, gritou: “E quem sou eu? Levantem-se”. E todos levantaram-se. Reproduziu-se por três vezes esta cena, até que os de fora, com Anacleto à frente, berraram: “Se dessem mais um passo à frente, disparamos as garruchas”, que apontavam para [nós] estando eles com os dedos nos gatilhos (SILVA, 2007, p. 162).

A segunda atitude inteligente de Dom Eduardo, conforme Jacób (2007) foi o seu desmaio, “vendo o bispo que se retrocedesse, e colocasse a imagem novamente no altar, era perder sua autoridade, mas, avançar era morte certa: Entregou ao Pe. Wendel a sagrada imagem e agiu com “sabedoria”: desmaiou” (JACÓB, 2010, p. 206).

Os de Campininhas, de dentro da Igreja e atrás de mim, responderam: “E nos dispararemos também as nossas” (haviam me ocultado tudo aquilo). Prevendo o juiz de direito a hecatombe que ia dar-se e pedindo que eu voltasse para o altar, visto como tinha ele mulher e filhos e não queria morrer, vendo o meu fâmulos Cezar a chorar, atendi ao que me pediram, profundamente abatido, e ainda em jejum, porque saíramos de madrugada, caí desfalecido sobre um catre, em uma casa para onde me levaram. Neste ínterim o Anacleto mandou distribuir, pelos seus apaziguados e pelas meretrizes, um pipote de cachaça, os quais já embriagados começaram a espancar a pauladas os nossos animais (SILVA, 2007, p. 162-3).

Dom Eduardo depois do seu repentino desmaio deitado, provavelmente na casa dos Redentoristas em Barro Preto, quando Anacleto entra no seu quarto na busca do “Santíssimo de ouro”, como relata o bispo de Goiás,

“entrega-me já e já o *Santíssimo de ouro* que um destes frades ia levando”. “*Santíssimo de Ouro*, respondo, “o senhor não sabe o que está dizendo. Não há Santíssimo nem de ouro e nem de prata. Aquilo é a custódia, onde se expõe o Santíssimo, que é uma hóstia consagrada na missa”. “Não me chame de ignorante”, retrucou, e entregue-me o Santíssimo. Neste momento chega Frei Joaquim muito assustado e insiste para deixarmos aquele lugar o mais breve possível estando nós em risco de sermos assassinados por aquela horda de ébrios e prostitutas, que no delírio da embriaguês berravam a cada instante: “Viva no céu o Padre Eterno e na terra o coronel Anacleto!”. Cansado, extenuado e bastante magoado, voltei para Campininhas...(SILVA, 2007, p. 163).

Em Campininhas, Dom Eduardo escreveu uma circular ao clero da diocese de Goiás, proibindo as romarias do Divino Pai Eterno em Barro Preto. “Em Barro Preto, por muitos e muitos dias, revezaram-se homens e mulheres, dia e noite, na porta da igreja, montando guarda, tremendo um novo ataque do bispo e de tantos quantos ele pudesse arregimentar” (JACÓB, 2010, p. 209).

Como será possível observar, é o padre Gebardo o grande defensor da Romaria do Divino Pai Eterno e da população de Barro Preto diante de Dom Eduardo, pois ele soube amar, respeitar e valorizar o povo com a sua fé simples e humilde, diferentemente do prelado de Goiás.

Barro Preto sem a presença dos Missionários Redentoristas, e o medo que assolou contra os moradores do local, “supersticiosos começaram a ver em qualquer outro acontecimento nefasto, o fruto da maldição rogada pelo bispo, no humilde lugarejo. Com isto as opiniões começaram a divergir. Muitos queriam a volta dos religiosos” (JACÓB, 2010, p. 216). A população inconformada começou a deixar o local, “muitos por superstição, outros por não concordarem com os atos de coronelismo, sem contudo, poderem manifestar-se”. (JACOB, 2010, p. 217).

A festa que outrora reunia durante os dez dias, dez, quinze e até vinte mil pessoas, nos três anos que durou o interdito, estavam comparecendo cerca de duas mil pessoas, com isso os mandantes dos locais que também eram comerciantes perceberam a gravidade da situação. Por mando de Dom Eduardo, os Redentoristas construíram uma enorme igreja em Campininhas, para ser o novo Santuário do Divino Pai Eterno, o bispo até encaminhou pedido para Roma, para trocar o titular da igreja, de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, para Divino Pai Eterno, mas teve o pedido negado por Roma.

Somente em 27 de outubro de 1903, Dom Eduardo suspende o interdito, autorizando o retorno dos Missionários Redentoristas para cuidarem do Santuário do Divino Pai Eterno, que a festa voltasse a ser celebrada no primeiro domingo de julho, nomeando um tesoureiro leigo, independente do vigário. Segundo Jacob (2010, p. 223) essa igreja “após extenso e criterioso ritual, foi consagrada à honra da Santíssima Trindade, sendo seu Anjo Guardião, o Arcanjo São Miguel”.

Conclusão

Os Missionários Redentoristas, congregação religiosa que Dom Eduardo trouxe da Europa para administrar e cristianizar a Romaria do Divino Pai Eterno de Trindade, que salvarão essa Romaria, dos atritos entre o Bispo, representando o catolicismo oficial, e a Irmandade do Divino Pai Eterno, representando o catolicismo popular. Pois não era somente a questão do cofre que estava em jogo nesse processo romanizador, a população tinha medo de perder a sua imagem sagrada do Pai Eterno, qual o bispo ameaçou várias vezes que ia retirar do pobre arraial, em vista dos problemas profanos que aconteciam na festa.

Com a suspensão da Romaria em Trindade, no primeiro domingo de julho e a decadência do arraial, que sobrevivia também em torno desta festa religiosa, os Missionários Redentoristas através da sua diplomacia conseguem depois de três anos, que Dom Eduardo volte atrás, e consista que o povo celebre a sua festa e seu “santo”. Porém os Redentoristas comprometem com o Bispo em romanizar a Romaria, o que eles farão através dos meios de comunicação social.

Referências

ANDRADE, Maristela Oliveira de. *500 anos de catolicismos e sincretismos no Brasil*. João Pessoa: Universitária UFPB, 2002.

BEOZZO, José Oscar. Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada. *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, Petrópolis, Vozes, v. 37, dez 1977.

GUTTILLA, Rodolfo. *A casa do santo e o santo de casa: um estudo sobre a devoção a São Judas Tadeu do Jabaquara*. São Paulo: Landy, 2006.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, tomo II, 2008.

JACÓB, Amir Salomão. *A Santíssima Trindade do Barro Preto*. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2010.

OLIVEIRA, Pedro de Assis. Ribeiro de. *Religião e Dominação de Classe: o caso da “Romanização”*. Rio de Janeiro: Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais, 1979.

PARKER, Cristián. *Religião popular e modernização capitalista: outra lógica na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. *Trindade de Goiás – Uma Cidade Santuário* Conjunturas de um Fenômeno Religioso no Centro-Oeste Brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1976.

_____. *Missionários Redentoristas Alemães em Goiás*. Uma Participação nos Movimentos de Renovação e Restauração Católicas – 1894 a 1944. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984. 2 v.

SILVA, Dom Eduardo Duarte. *Passagens*. Autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva Bispo de Goyaz. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

WERNET, Augustin. *Os Redentoristas no Brasil*. Aparecida: Editora Santuário, 1999. 1 v.